



## PLANO POBRE DE PEDRO



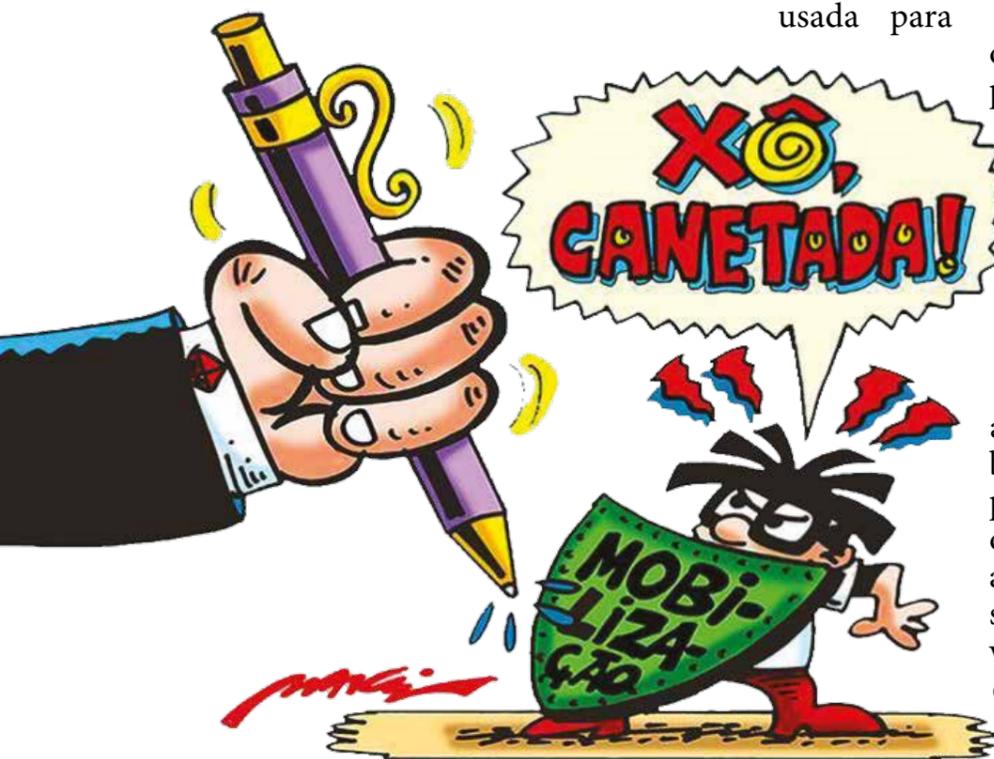
# MO não é feedback, é gestão por medo!

Em 2016, a Caixa editou o RH 184 versão 33 e formulou a tese do “descomissionamento motivado”, que não daria direito ao asseguramento e nem à incorporação, e que traz na

sua proposição o MO 21 182. Este apresenta diversas questões subjetivas como se fossem critérios objetivos para o descomissionamento sumário – ferramenta que tem sido usada para

colocar uma corda no pescoço do empregado, uma vez que se ele receber repetidamente o MO 21 182 num período de 60 dias, será descomissionado sem direito à gratificação.

“Temos liminar nacional que garante o direito à incorporação do valor da gratificação para os trabalhadores com mais de 10 anos de função! Mesmo assim, a ameaça de descomissionamento tem sido usada como ferramenta de gestão, numa situação que configura inclusive assédio moral. Orientamos que assim que o empregado receber um MO 21 182, que ele procure o seu Sindicato para que possa analisar o caso e atuar junto ao banco para que seus direitos sejam preservados. O sigilo é garantido”, orienta o diretor do Sindicato e coordenador da CEE/Caixa, Dionísio Reis.



# Acareação é assédio!

A Caixa tem cobrado a realização de acareações entre empregados e clientes insatisfeitos, atitude que pode configurar assédio moral e não melhora o atendimento. Segundo as denúncias, as ações consistem num café da manhã que reúne empregados e clientes que responderam antes uma pesquisa de satisfação feita por SMS. Além de constrangedor, o encontro expõe e deixa vulneráveis os trabalhadores.

“Já cobramos a direção da Cai-

xa, que se quiser saber o que falta para melhorar sua atuação, deve perguntar aos próprios empregados que há anos reivindicam melhores condições de atendimento à população. Os empregados devem denunciar estes abusos”, ressalta Dionísio Reis.



# Na luta em Brasília...

No dia 8 de maio, foi lançada na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos. Suprapartidária, a Frente conta com a assinatura de 200 parlamentares e tem o objetivo de analisar projetos em tramitação e difundir a causa das instituições financeiras públicas para outras esferas, além de analisar todos os fatores que envolvem as ameaças de privatização.

“É muito importante que os parlamentares abracem esta causa, pois os bancos públicos são fundamentais para o desenvolvimento do nosso país. São os principais operadores de programas sociais e investidores para obras de infraestrutura, por exemplo, duas áreas



nas quais os bancos privados não têm interesse em investir. É por isso que defendemos a Cai-

xa 100% pública”, disse Sérgio Takemoto, vice-presidente da Fenae.

# ...e nas ruas!

O movimento sindical está nas ruas contra o desmonte da Caixa e o leilão da Lotex. Em São Paulo, estão sendo realizadas várias atividades nos bairros e em frente à Bovespa, onde ocorrerá o leilão, para esclarecer a população sobre os malefícios da entrega da Lotex ao capital privado. Para se ter uma ideia, as

loterias da Caixa registraram em 2018 uma arrecadação de cerca de R\$ 13,9 bilhões de forma global. Desse valor, 37,4% foi repassado para programas sociais. O leilão prevê que o repasse seja de 16,7%.

Neste mês de maio tem mais luta! Os representantes dos trabalhadores estão se reunindo com delegados

sindicais em várias bases – em São Paulo, por exemplo, o encontro foi marcado para o dia 28 – para discutir pautas emergenciais e estratégias de resistência contra os ataques que este governo vem promovendo. No fim do mês, dia 30, acontece o seminário nacional dos empregados de bancos públicos.





## POR SAÚDE...

A luta pela revogação da CGPAR 23 não acabou! A resolução determina que estatais migrem para um sistema paritário de contribuição aos planos de saúde. Entidades representativas dos trabalhadores já ingressaram com denúncia ao MPT contra a medida, e os sindicatos mantêm firme a mobilização em defesa do Saúde Caixa.

“Nesses dois governos de retrocesso, além da Emenda Constitucional 95, que cortou investimento na saúde por 20 anos, eles querem acabar com os planos de autogestão dos trabalhadores, entre eles o Saúde Caixa, que é uma das principais conquistas dos trabalhadores da Caixa. O governo atual mantém e intensifica estes retrocessos”, afirmou a dirigente sindical e bancária da Caixa Vivian Sá.

## ...EDUCAÇÃO...



Os bancários participaram das manifestações ocorridas no último dia 15 de maio contra os cortes na educação propostos pelo governo federal. Em todo o país, atos reuniram mais de 1,5 milhão de pessoas nas ruas e, em São Paulo, a manifestação tomou quarteirões da Avenida Paulista. “Estamos ao lado dos estudantes e professores porque sem investimento em educação não teremos um futuro onde as pessoas tenham autonomia e capacidade crítica. Estes cortes representam um retrocesso e o total sucateamento do ensino e da pesquisa científica no nosso país”, disse o presidente da Apcef-SP, Kardec de Jesus.

# NOSSA LUTA CONTINUA!



## ...APOSENTADORIA...

No 1º de maio, Dia do Trabalhador, as centrais sindicais se uniram em atos conjuntos pelo país e aprovaram greve geral em 14 de junho, contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro, que vai tornar a aposentadoria um sonho distante para milhões de brasileiros.

“A reforma da Previdência proposta pelo governo joga, através da capitalização, toda a responsabilidade sobre o trabalhador, e não diz quem vai financiar os aposentados pelo atual modelo. A Previdência complementar também sofre ameaça, pela CGPAR 25”, criticou o dirigente sindical Leonardo Quadros.

## ...E DIREITOS!

No dia 17 de maio, celebramos o Dia Mundial de Luta contra a Homofobia. Graças à luta dos trabalhadores, os empregados da Caixa podem, desde 2009, inscrever companheir@s do mesmo sexo como dependentes no Saúde Caixa, assim como usufruir de todas as licenças concedidas para casamento, maternidade, paternidade e adoção. A Funccef também passou a reconhecer as uniões homoafetivas. A cláusula 47 da CCT, por sua vez, estende aos casais homoafetivos da categoria bancária todos os direitos aplicáveis aos heterossexuais. Também temos avanços em relação ao uso do nome social para pessoas trans, e outras pautas relacionadas à diversidade sexual. “Estamos conquistando direitos para os empregados LGBTs e é preciso avançar cada vez mais! Lutamos e continuaremos lutando, por exemplo, pelo fim da discriminação e do assédio nos locais de trabalho, por mais respeito à identidade de gênero das pessoas trans e várias outras pautas relacionadas à diversidade”, comentou a dirigente sindical Jackeline Machado.

